

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

JUCELMA DE OLIVEIRA MOURA CARDOSO

**A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA LITERATURA NA EDUCAÇÃO BÁSICA:
ENSINO FUNDAMENTAL II - 6º ANO**

**Jaguarão
2025**

JUCELMA DE OLIVEIRA MOURA CARDOSO

**A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA LITERATURA NA EDUCAÇÃO BÁSICA:
ENSINO FUNDAMENTAL II - 6º ANO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras - Português, Licenciatura a Distância da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciada em Letras.

Orientador: Profº. Dr. Maurício Aires Vieira

Coorientadora: Profª. Dra. Milena Rosa Araújo Ogawa

**Jaguarão
2025**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

C257i Cardoso, Jucelma de Oliveira Moura

A Importância do Ensino da Literatura na Educação Básica:
Ensino Fundamental II - 6º Ano / Jucelma de Oliveira Moura
Cardoso.

38 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, LETRAS - PORTUGUÊS, 2025.

"Orientação: Prof. Dr. Maurício Aires Vieira e Profª. Drª.
Milena Rosa Araújo Ogawa".

1. Ensino Fundamental II - 6º ano. 2. Ensino de Literatura.
3. Base Nacional Comum Curricular. I. Título.

JUCELMA DE OLIVEIRA MOURA CARDOSO

**A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA LITERATURA NA EDUCAÇÃO BÁSICA:
ENSINO FUNDAMENTAL II - 6º ANO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras - Português, Licenciatura a Distância da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciada em Letras.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 10 de julho de 2025.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Maurício Aires Vieira
Orientador
Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA

Profa. Dra. Milena Rosa Araújo Ogawa
Coorientadora
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Profa. Dra. Carolina Kesser Barcellos Dias
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Profa. Esp. Larissa Fernanda Santana Rolim
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL



Assinado eletronicamente por **Milena Rosa Araújo Ogawa**, **Usuário Externo**, em 10/07/2025, às 19:44, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Carolina Kesser Barcellos Dias**, **Usuário Externo**, em 10/07/2025, às 19:44, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Larissa Fernanda Santana Rolim**, **Usuário Externo**, em 10/07/2025, às 19:44, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **MAURICIO AIRES VIEIRA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 10/07/2025, às 19:48, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1776598** e o código CRC **CB4E6775**.

Dedico este trabalho à minha família, que é a minha base, minha fortaleza, o motivo do meu sorriso diário, meu ponto de apoio, meu consolo nos momentos de tristezas e dificuldades, a razão do meu existir.

AGRADECIMENTO

Agradeço à Universidade Federal do Pampa (Unipampa) por me proporcionar esta oportunidade única de crescimento pessoal e acadêmico.

À minha orientadora, Profa. Dra. Milena Rosa Araújo Ogawa, expresso minha gratidão por seu tempo, dedicação e profissionalismo em cada etapa do meu Trabalho de Conclusão de Curso.

Agradeço a minha família, ao meu esposo Danilo e à minha filha Yuni, por renunciarem a momentos de lazer para que eu pudesse me dedicar aos estudos, pela paciência e pelo incentivo constante, especialmente nos momentos em que pensei em desistir.

À minha filha Yohana, por estar presente em cada desafio, por suas palavras de conforto – "Calma, vai dar tudo certo, vamos ser professoras" –, por sua orientação e por me mostrar que não há idade ou limites para a realização dos nossos sonhos.

Agradeço também às professoras entrevistadas identificadas pelos seguintes nomes fictícios: João Grilo, Capitu, Monteiro Lobato, Kakashi Hatake, Ana Maria Machado e Fernando Pessoa, por gentilmente compartilharem suas experiências e visões, enriquecendo significativamente esta pesquisa.

Registro ainda meus agradecimentos às instituições: *Escola Estadual Ângelo Scarabucci e Escola Estadual Evaristo Fabrício*, por cederem seus documentos para análise que foram essenciais para a realização e fundamentação deste trabalho.

Não posso deixar de agradecer à gestão das escolas *Estadual Professor Michel Haber, Escola Estadual Ângelo Scarabucci, Escola Estadual Evaristo Fabrício e Estadual Professora Lina Picchioni Rocha*, que me receberam de braços abertos, possibilitando a realização de estágios e atividades fundamentais para minha formação.

Por fim, agradeço acima de tudo a Deus, por guiar e abençoar cada passo dessa caminhada. Sem Ele, não seria possível chegar até aqui.

“A aprendizagem da leitura e a alfabetização são atos de educação e educação é um ato fundamentalmente político”.

Antônio J. Severino.

RESUMO

Este trabalho discute a importância do ensino de Literatura no Ensino Fundamental II, especificamente no 6º ano, destacando sua relevância no desenvolvimento das habilidades de interpretação, pensamento crítico e social dos estudantes. A pesquisa analisa como a Literatura é um recurso pedagógico essencial para aprimorar a interpretação textual, a escrita, a linguagem e a capacidade de pensamento crítico e olhar observador dos estudantes, ao mesmo tempo que contribui para a formação de cidadãos reflexivos e empáticos. O trabalho se baseia em uma revisão bibliográfica, entrevistas semiestruturadas com docentes de Língua Portuguesa e análise de Projetos Político Pedagógicos de duas escolas, com o objetivo de sugerir práticas mais eficazes para o ensino e incentivo à busca por Literatura.

Palavras-Chave: Ensino Fundamental II - 6º ano; Ensino de Literatura; Base Nacional Comum Curricular.

ABSTRACT

This study discusses the importance of teaching Literature in Lower Secondary Education, specifically in the 6th grade, highlighting its relevance in the development of students' interpretative, critical, and social thinking skills. The research analyzes how Literature serves as an essential pedagogical tool to enhance reading comprehension, writing, language proficiency, critical thinking, and observational skills, while also contributing to the formation of reflective and empathetic citizens. The study is based on a bibliographic review, semi-structured interviews with Portuguese language teachers, and an analysis of the Political-Pedagogical Projects of two schools, aiming to suggest more effective practices for the teaching of Literature and for encouraging students to engage with literary texts.

Keywords: Lower Secondary Education – 6th Grade; Literature Teaching; Base Nacional Comum Curricular.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Dados sobre o questionamento - “Você é concursada efetiva ou trabalha por contrato?”	27
Figura 2 – Dados sobre o questionamento - “Instituição em que trabalha?”	28
Figura 3 – Dados sobre o questionamento - “Quais gêneros literários são mais frequentemente trabalhados com os alunos do 6º ano?”	29
Figura 4 – Dados sobre o questionamento - “Quantas obras completas os alunos leem por ano?”	30
Figura 5 – Dados sobre o questionamento - “Há incentivo à leitura extraescolar (Incentivo aos alunos, sem obrigatoriedade)?”	30
Figura 6 – Dados sobre o questionamento - “Como é acompanhado o hábito de leitura dos estudantes?”	31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CRE - Coordenadoria Regional de Educação

EE - Educação Especial

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IF - Instituto Federal

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PCN - Parâmetro Curricular Nacional

PIB – Produto Interno Bruto

PNE - Plano Nacional de Educação

PPP - Projeto Político Pedagógico

SMED - Secretaria Municipal de Educação

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	ANÁLISE DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS NA ÁREA DA LITERATURA PARA O 6º ANO	20
3	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS E DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE OS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS	25
3.1	Análise dos resultados das entrevistas	25
3.2	Análise de Projetos Políticos Pedagógicos na cidade de Franca	31
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
	REFERÊNCIAS	36

1 INTRODUÇÃO

Muitos jovens concluem o Ensino Médio sem o desenvolvimento adequado das competências de análise crítica e interpretação de textos literários (CEREJA, 2004, p. 72). A Literatura, além de constituir-se como um campo autônomo de conhecimento, configura-se também como um instrumento pedagógico e cultural de elevada relevância intelectual e formativa do ser humano.

A presente pesquisa parte de uma perspectiva analítica que busca delimitar alguns levantamentos teóricos e reflexivos acerca das formas pelas quais a Literatura, nos anos iniciais do Ensino Fundamental II — em especial no 6º ano — pode contribuir para a formação leitora e para o desenvolvimento de múltiplas competências cognitivas, sensíveis e críticas, fundamentais à constituição do sujeito.

Novos artigos foram incorporados à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - 9.394, de 20 de dezembro de 1996), entre eles a Lei 14.407, que assegura a “Alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da Educação Básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos” (BRASIL, 2022, Lei 14.407, art. 4º, inciso XI). Tal diretriz revela que o Estado brasileiro reconhece a leitura não apenas como um direito fundamental, mas também como um eixo estruturante para a formação crítica, intelectual e cidadã dos sujeitos ao longo da Educação Básica.

Os estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental, ao ingressarem em uma nova etapa de sua trajetória escolar, situam-se em um momento formativo importante para o desenvolvimento de habilidades essenciais, tais como a interpretação textual, a reflexão crítica, o pensamento analítico e a elaboração de um olhar sensível, atento e questionador acerca da realidade que os envolve.

Nesse sentido, para a formação de sujeitos mais conscientes e críticos diante do mundo, fundamentamo-nos na perspectiva da educação libertadora, conforme delineada por Paulo Freire (1996), a qual propõe uma prática pedagógica que valoriza o diálogo entre os conteúdos escolares e as vivências concretas dos estudantes, possibilitando, assim, uma aprendizagem significativa, engajada e emancipadora.

É sabido que a escola não constitui o único espaço de desenvolvimento da Literatura, uma vez que a própria LDB compreende a educação como um processo

mais amplo, abrangendo “os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996, Lei nº 9.394, art. 1º). Nesse horizonte de contatos, o hábito da leitura revela-se como uma prática cultural com potencial formativo para diferentes áreas das ciências, capaz de instigar a imaginação, despertar a sensibilidade, provocar a reflexão crítica e fomentar o diálogo entre experiências pessoais e saberes coletivos.

Todavia, o ensino de Literatura no ambiente escolar enfrenta desafios substantivos, não apenas no que se refere à concretização dos objetivos prescritos no currículo, mas, sobretudo, no que tange à formação de leitores críticos e à promoção do apreço estético e reflexivo pela leitura (GALVÃO; SILVA, 2017, p. 209).

Entre os entraves mais recorrentes, destacam-se a escassez de metodologias pedagógicas que estabeleçam vínculos significativos com as experiências socioculturais dos discentes, o desinteresse crescente pela leitura literária — frequentemente suplantada pelo consumo fragmentado e superficial de conteúdos digitais —, bem como a dissonância entre as obras propostas em sala de aula e a realidade concreta vivida pelos estudantes, conforme evidenciado nas entrevistas realizadas com docentes da área (COSTA; CORRÊA, 2021).

A ausência de contextualização no processo de ensino-aprendizagem pode reduzir a experiência literária a um exercício mecânico e desprovido de sentido, esvaziando, assim, seu potencial formativo, crítico e estético. Conforme enfatiza Freire (1996), a aprendizagem torna-se verdadeiramente significativa quando se estabelece uma articulação concreta entre os conteúdos escolares e o universo cultural dos educandos, o que evidencia a necessidade de práticas pedagógicas que aproximem os estudantes da Literatura de forma dinâmica, participativa e reflexiva.

Para que esse vínculo se efetive, os docentes podem orientar suas práticas a partir das diretrizes estabelecidas pela LDB, a qual explicita, entre os deveres do professor:

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

- I - Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III - Zelar pela aprendizagem dos alunos;

- IV - Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V - Ministrando os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI - Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade (BRASIL, 1996, Lei nº 9.394, art. 1º).

Contudo, não obstante tais atribuições legais e o empenho dedicado pelos docentes na promoção de uma educação de qualidade, persistem desafios estruturais que comprometem a efetividade do ensino. Dentre esses, destacam-se a precarização salarial, a excessiva carga horária, as condições laborais adversas enraizadas na estrutura escolar, bem como as demandas exageradas por cursos e capacitações — fatores que impactam de modo direto e significativo o desempenho profissional e a motivação dos educadores. Soma-se a isso a carência de docentes, que frequentemente se veem obrigados a assumir múltiplas turmas e disciplinas paralelas; a burocratização exacerbada, manifestada em planilhas e registros administrativos; o desinteresse manifestado por alunos e famílias; a inadequação física das salas de aula; e a insuficiência de materiais de apoio, tais como xerox e livros didáticos.

Diante desse contexto, a presente investigação tem por escopo analisar de que modo a Literatura pode contribuir para a formação educacional e cidadã dos estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental, com especial atenção à avaliação de metodologias didáticas que articulem teoria e prática. Busca-se compreender os desafios enfrentados pelos docentes, tais como a seleção criteriosa de obras literárias adequadas, a implementação de estratégias que promovam o engajamento ativo dos discentes e a superação das dificuldades relacionadas ao desenvolvimento do hábito da leitura, bem como evidenciar os benefícios decorrentes de abordagens pedagógicas que privilegiam uma experiência literária profunda, significativa e emancipadora.

Antônio Candido (1988), ao defender a Literatura como um direito humano essencial, ressalta sua importância na constituição do repertório cultural e na formação do sujeito. Essa perspectiva encontra respaldo na própria Constituição Federal de 1988 (art. 205), que reconhece a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família, tendo como um de seus objetivos o pleno desenvolvimento da pessoa. Nesse contexto, este trabalho propõe uma reflexão crítica sobre a valorização da Literatura no ambiente escolar, entendendo-a como

uma ferramenta indispensável à construção de uma educação de qualidade, crítica e transformadora.

A delimitação desta pesquisa concentra-se na análise do papel da Literatura na formação educacional e cidadã dos alunos do 6º ano do Ensino Fundamental II. O foco incide sobre o potencial da Literatura como recurso pedagógico para o desenvolvimento de competências interpretativas, reflexivas e argumentativas, fundamentais à constituição de um sujeito autônomo, crítico e socialmente engajado. A investigação abordará tanto as possibilidades quanto os entraves do ensino literário, considerando as condições reais do contexto escolar brasileiro.

A fundamentação teórica se baseará em autores que discutem a educação crítica e a formação do sujeito em suas múltiplas dimensões. Freire (1996) destaca a importância do ensino dialógico, no qual o aluno é compreendido como sujeito ativo na construção do conhecimento. Para Freire (1996), a Literatura representa um instrumento capaz de provocar reflexão crítica, questionamento das estruturas sociais e reconhecimento do papel do indivíduo como agente transformador. Essa perspectiva amplia-se com as contribuições de Mikhail Bakhtin (1987), que compreende a Literatura como espaço polifônico, onde múltiplas vozes e significados se entrelaçam, oferecendo ao estudante uma experiência de leitura plural, ética e profundamente formativa.

Partindo de uma inquietação pessoal, esta pesquisa é também atravessada por uma trajetória afetiva e biográfica. Desde a infância, cultivo o gosto pela Literatura. Mesmo diante de adversidades, os livros sempre estiveram presentes como aliados fundamentais para enfrentar momentos difíceis. Esse vínculo pessoal com a leitura influenciou diretamente minha prática como mãe, ao incentivar minhas filhas a vivenciarem o universo literário desde cedo. Acredito que o gosto pelos estudos, a criticidade e a criatividade que hoje observo nelas são frutos de uma infância marcada por experiências enriquecedoras com os livros. Assim, a Literatura, além de instrumento pedagógico, revela-se uma poderosa aliada na formação humana e sensível de nossos estudantes.

O ensino da Literatura no 6º ano do Ensino Fundamental II possui, portanto, um papel estratégico na formação integral dos alunos. Por meio da leitura literária, é possível desenvolver habilidades como a interpretação textual, a argumentação, a expressão oral e escrita, e, sobretudo, o pensamento crítico. Ao analisar obras

literárias, os estudantes são convidados a problematizar questões sociais, éticas e históricas, ampliando seu capital cultural e sua capacidade de leitura do mundo.

Além disso, a Literatura possui caráter interdisciplinar. Sua articulação com áreas como História, Filosofia e até mesmo Ciências Naturais enriquece o processo de ensino-aprendizagem, permitindo conexões significativas entre saberes diversos. Com este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), busca-se defender a centralidade do ensino da Literatura no currículo escolar e propor intervenções pedagógicas que tornem essa prática mais atrativa, acessível e eficaz.

A metodologia adotada será a pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa e de natureza básica. Inicialmente, será feita uma análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), com o intuito de identificar as competências e habilidades previstas para o ensino de Literatura no Ensino Fundamental II. Na sequência, serão examinados os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) de duas escolas, a fim de avaliar a aplicabilidade dessas diretrizes no cotidiano escolar. Complementarmente, será realizada uma revisão bibliográfica com autores como Madalena Freire (1996) e Paulo Freire (1989; 1996), que abordam a relevância da leitura e da prática educativa reflexiva. Também serão exploradas metodologias de ensino que promovam o interesse pela leitura e ampliem o acesso à Literatura.

Na etapa seguinte, será conduzida uma análise de campo, por meio da aplicação de entrevistas com professores de Língua Portuguesa que atuam no Ensino Fundamental II. As entrevistas foram realizadas por meio de formulários on-line, assegurando o anonimato dos participantes. O objetivo dessa etapa foi compreender como se dá, na prática, o ensino da Literatura, quais estratégias são utilizadas pelos docentes, e quais os principais desafios enfrentados no processo de ensino-aprendizagem.

A análise dos dados coletados será qualitativa, buscando identificar de que forma a Literatura pode contribuir para o desenvolvimento das competências cognitivas, emocionais e sociais dos estudantes, bem como reforçar sua importância na formação crítica e cultural. Dessa forma, pretende-se evidenciar que o ensino literário, quando bem estruturado e sensível às realidades escolares, é capaz de transformar não apenas o processo educacional, mas também a forma como os alunos se percebem no mundo.

Este trabalho está estruturado em três capítulos principais, além desta introdução. O primeiro capítulo teórico apresenta uma análise da BNCC e dos PCNs, com foco nas diretrizes para o ensino de Literatura no 6º ano do Ensino Fundamental II. Essa etapa é fundamental para compreender os objetivos, competências e habilidades previstas pelas políticas educacionais brasileiras. O segundo capítulo teórico propõe uma discussão teórica sobre os PPPs de duas escolas, articulada à análise das entrevistas realizadas com professores da área, visando identificar como o ensino da Literatura se concretiza na prática escolar e quais os principais desafios enfrentados. Por fim, nas considerações finais, serão retomadas as reflexões centrais da pesquisa sobre o ensino da Literatura na Educação Básica, especialmente no 6º ano do Ensino Fundamental a partir da documentação exposta.

2 ANÁLISE DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS NA ÁREA DA LITERATURA PARA O 6º ANO

A construção das políticas públicas educacionais no Brasil atravessa, historicamente, um processo que se articula através de diversas normativas legais, que orientam a estrutura, os objetivos e os princípios do ensino em todos os níveis. Entre essas normativas, destacam-se a LDB, os PCNs e o Plano Nacional de Educação (PNE). Embora a BNCC seja a proposta mais recente para o ordenamento curricular, sua compreensão completa exige um olhar atento às diretrizes anteriores que moldaram o sistema educacional brasileiro.

A LDB (Lei nº 9.394/1996) constitui-se como o principal marco legal da educação brasileira, dividindo-a em dois grandes grupos: a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e a Educação Superior. Ela estabelece os direitos e deveres de alunos, professores e gestores, apontando a educação como um processo formativo contínuo, para além dos limites escolares, e pautado por princípios como igualdade, liberdade, gratuidade e valorização profissional. Em relação à prática docente, a LDB define incumbências fundamentais, como a participação na elaboração da proposta pedagógica, o zelo pela aprendizagem e a articulação com a comunidade. Importante destacar ainda que a legislação prevê a obrigatoriedade da abordagem da História afro-brasileira e indígena, também no âmbito da Literatura, o que reforça o papel da área como instrumento de reflexão crítica e valorização da diversidade cultural.

Já os PCNs, elaborados em 1997, propõem diretrizes mais específicas para a organização do conteúdo escolar. No que se refere à área de Língua Portuguesa, da qual a Literatura é um componente essencial, os PCN orientam para o desenvolvimento da linguagem como meio de exercício da cidadania. A leitura e a produção textual, bem como a interpretação crítica de diferentes gêneros discursivos, são considerados centrais para a formação do estudante enquanto sujeito autônomo e participante da vida social. Destaca-se também a importância do trabalho com as variedades linguísticas, com vistas ao combate de preconceitos, e o incentivo à leitura literária como prática formativa.

O PNE, instituído pela Lei nº 13.005/2014, estabelece 20 metas para serem cumpridas ao longo de uma década, abrangendo desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. Dentre suas metas, estão a alfabetização plena até o 3º ano do

Ensino Fundamental e a elevação da taxa de alfabetização entre jovens e adultos. No que diz respeito ao ensino fundamental, o PNE propõe a universalização do acesso, a permanência e o sucesso escolar, associando tais objetivos à melhoria dos indicadores de qualidade, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). A valorização dos profissionais da educação, a equidade e a gestão democrática também são pilares fundamentais deste plano. Entretanto, embora avance na formulação de metas e estratégias, o PNE enfrenta desafios concretos relacionados ao financiamento, a continuidade das políticas públicas e ao cumprimento de prazos, o que compromete a efetivação de seus objetivos.

Ao considerar essas diretrizes em conjunto, é possível perceber que a Literatura, enquanto componente do ensino de Língua Portuguesa, é compreendida como um instrumento de mediação cultural, crítica social e desenvolvimento humano. No 6º ano do Ensino Fundamental, essa perspectiva ganha ainda mais relevância, pois marca a transição dos estudantes para uma nova etapa de escolarização, que exige maior domínio da linguagem, maior capacidade de abstração e o início de uma leitura mais aprofundada das múltiplas dimensões do texto literário. Assim, os documentos legais analisados fornecem o alicerce necessário para a compreensão das diretrizes da BNCC.

O desenvolvimento da leitura no Ensino Fundamental, conforme estabelece a BNCC, representa não apenas uma habilidade técnica, mas um processo formativo complexo que articula dimensões cognitivas, culturais, sociais e estéticas da constituição do sujeito. A leitura, assim compreendida, ultrapassa o ato de decodificação e se insere no âmbito da experiência humana sensível, sendo instrumento de mediação com o mundo e de construção de identidades. Nesse sentido, Angelina Ramires e Mariângela Fujita (2022) destacam que a leitura deve ser compreendida como um direito fundamental, cuja realização depende de ações sistemáticas da escola e de políticas públicas comprometidas com a formação de leitores críticos e autônomos.

Essa concepção converge com a análise crítica proposta por Maria Amélia Dalvi (2013), ao observar que o ensino da Literatura na Educação Básica precisa superar práticas meramente conteudistas, que restringem a experiência literária à análise estrutural de textos. Para a teórica, é fundamental considerar a Literatura como forma de arte, manifestação cultural e prática social, promovendo

metodologias que favoreçam o desenvolvimento da sensibilidade estética, da imaginação criadora e da capacidade reflexiva dos estudantes. Assim, a literatura deve ser entendida não apenas como objeto de estudo, mas como vivência e encontro com o outro, com o texto e com o mundo.

No contexto da BNCC, o ensino da linguagem é estruturado em quatro eixos — oralidade, leitura, escrita e análise linguística/semiótica — sendo a leitura o eixo central na atribuição de sentidos, na ampliação do repertório cultural e na constituição do pensamento crítico. Ramires e Fujita (2022) ressaltam que esse eixo deve contemplar tanto os textos literários quanto os não literários, reconhecendo a pluralidade de gêneros e suportes presentes na cultura contemporânea. Entretanto, apesar dos avanços conceituais promovidos pelas diretrizes oficiais, a realidade das escolas brasileiras evidencia desafios persistentes: a precariedade da infraestrutura física, a escassez de acervos bibliográficos atualizados, a ausência de bibliotecários e a fragilidade da formação docente continuam a comprometer a qualidade da educação literária ofertada.

Esses entraves materiais e formativos também são apontados por Dalvi (2013), que denuncia a insuficiência de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da leitura literária como prática cotidiana e transformadora. A ausência de uma política robusta de leitura, aliada à lógica tecnicista e à padronização curricular, tende a reduzir a literatura a um instrumento para o desenvolvimento de competências linguísticas, desconsiderando seu potencial formativo mais amplo. Frente a esse cenário, torna-se urgente repensar as práticas de ensino, incorporando metodologias inovadoras e sensíveis que permitam a apropriação crítica e criativa do texto literário.

É nesse ponto que a discussão sobre o papel da biblioteca escolar adquire centralidade. Ramires e Fujita (2022) advogam por uma ressignificação da biblioteca, que deve deixar de ser vista como espaço meramente físico ou acervo estático, para tornar-se um ambiente dinâmico, criativo e afetivo, que promova o encontro com a literatura e com o conhecimento de forma prazerosa e significativa. Essa proposta se articula às sugestões de Dalvi (2013), que defendia a integração da biblioteca ao projeto pedagógico da escola e a implementação de ações como oficinas literárias, clubes de leitura, saraus e projetos interdisciplinares, capazes de ampliar o repertório cultural dos estudantes e consolidar o hábito leitor.

Além disso, a inserção das tecnologias digitais no universo escolar, especialmente no contexto da chamada quarta revolução industrial, apresenta novas possibilidades para o ensino da leitura e da Literatura. Ambientes virtuais, plataformas de leitura, livros digitais e audiolivros podem ser incorporados de maneira crítica e planejada, contribuindo para ampliar o acesso e diversificar as experiências leitoras. Tanto Dalvi (2013) quanto Ramires e Fujita (2022) reconhecem que o uso de recursos tecnológicos precisa ser mediado por um projeto pedagógico coerente, que priorize a formação humanizadora e evite o uso acrítico das ferramentas digitais.

Outro ponto de articulação entre os textos é a valorização da literatura infantil como elemento fundamental na formação do sujeito leitor. Ramires e Fujita (2022) salientam que o contato com a Literatura nos primeiros anos escolares contribui para o desenvolvimento emocional, social e cognitivo das crianças, favorecendo a construção de valores, a imaginação e a empatia. Para tanto, o professor deve assumir o papel de leitor-modelo, propondo atividades como rodas de leitura, dramatizações, contações de histórias e experiências estéticas que envolvam os diferentes sentidos e estimulem o prazer da leitura. Dalvi (2013), por sua vez, reforça que tais práticas devem estar articuladas a uma visão crítica da educação, promovendo o diálogo entre a Literatura e outras áreas do saber, de modo a favorecer uma formação ampla e emancipadora.

Dessa forma, o fortalecimento do vínculo entre leitura, Literatura, biblioteca e currículo escolar não pode ser entendido como um movimento isolado, mas como parte de um projeto educativo comprometido com a equidade, com a justiça social e com a valorização da cultura em suas múltiplas expressões. A Literatura, enquanto arte e linguagem, oferece aos estudantes a oportunidade de vivenciar outras temporalidades, experimentar novas perspectivas e ampliar seu horizonte de expectativas. Como defende Dalvi (2013), o ensino literário, para ser significativo, precisa estar ancorado em práticas pedagógicas que reconheçam a complexidade do fenômeno literário e a sua potência formadora.

A educação é tarefa primeira da escola, atividade amparada por leis e políticas públicas. Entretanto, vale lembrar que deve ser compartilhada com a comunidade. Investir na formação de professores leitores, na atualização dos acervos, na democratização do acesso a Literatura e na construção de uma cultura

leitora nas escolas significa apostar em uma educação que valoriza a experiência estética, o pensamento crítico e a autonomia intelectual. Como sintetiza Ramires e Fujita (2022), “valorizar a leitura e os espaços que a promovem é investir na construção de sujeitos críticos, criativos e plenamente conscientes de seu papel no mundo” (p. 76). É esse horizonte de sentido que justifica, orienta e fortalece as propostas aqui defendidas para o ensino da Literatura no Ensino Fundamental, especialmente no 6º ano, etapa crucial para a consolidação do hábito leitor e para o encantamento com o universo literário.

3. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS E DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE OS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS

3.1 Análise dos resultados das entrevistas

Para a consecução desta análise, elaborou-se um instrumento de pesquisa composto por um conjunto de perguntas estruturadas, concebidas para pensarmos sobre algumas práticas pedagógicas, percepções e desafios enfrentados pelas professoras de Língua Portuguesa no 6º ano do Ensino Fundamental acerca do Ensino da Literatura. A aplicação da pesquisa deu-se de forma anônima, por meio de um formulário eletrônico disponibilizado via *Google Forms* e enviado individualmente pelo *WhatsApp*, assegurando o sigilo das identidades das participantes e promovendo maior liberdade nas respostas. É importante ressaltar que encontramos grandes dificuldades para colher as respostas, visto que parte das professoras não aceitaram responder por falta de tempo ou por motivos pessoais, gerando dificuldades para a conclusão deste estudo.

As questões abordaram aspectos demográficos e profissionais, como faixa etária — com alternativas que variavam entre “20 a 25 anos”, “26 a 30 anos”, “31 a 35 anos”, “36 a 40 anos” e “40 anos ou mais” —, tempo decorrido desde a formação superior (de “1 ano” até “mais de 5 anos”), e o vínculo empregatício, distinguindo-se entre “concursada efetiva” e “contrato”, vinculados às redes Secretaria Municipal de Educação (SMED), Coordenadoria Regional de Educação (CRE) ou Instituto Federal.

Indagou-se, ainda, a instituição de trabalho, diferenciando entre “pública estadual (CRE)”, “pública federal (IF)”, “pública municipal (SMED)” e “privada”. No tocante às práticas pedagógicas, foram explorados os gêneros literários mais frequentemente trabalhados, contemplando “gênero lírico”, “gênero narrativo” e “gênero dramático”; o uso das habilidades e competências previstas na BNCC; os critérios para seleção das obras literárias, incluindo alternativas como “acervo da escola por indicação da coordenação pedagógica/BNCC/livro didático”, “escolha do docente”, “interesse dos alunos” e “datas comemorativas”; o número de obras completas lidas anualmente; a existência de incentivo à leitura extraclasse; e os métodos utilizados para acompanhar o hábito leitor dos estudantes, tais como “produção de fichas de leitura”, “roda de conversa”, “análise de caderno”, “leitura compartilhada”, “seminários”, “chamada oral”, “prova dissertativa” e “prova múltipla

escolha”. Tal delineamento permitiu a obtenção de um panorama abrangente, que oferece subsídios fundamentais para uma análise crítica das práticas literárias no âmbito escolar.

Cumprindo indicar, em primeiro lugar, que todas as docentes entrevistadas exercem suas atividades profissionais em instituições de ensino situadas no município de Franca que é um município situado no interior do estado de São Paulo, amplamente reconhecido por sua expressiva tradição na indústria calçadista, sendo frequentemente denominado “Capital do Calçado Masculino”. Para além de sua relevância econômica, a cidade também se destaca por sua infraestrutura urbana consolidada, pela presença de instituições de ensino superior como a Universidade Estadual Paulista (UNESP), e por uma forte influência cultural italiana advinda de imigrações. Inserida na região administrativa de Ribeirão Preto, Franca conta com uma população estimada em aproximadamente 350 mil habitantes (IBGE, 2022).

Em relação aos indicadores educacionais, conforme os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2023, a rede pública de ensino do município obteve a nota 7,0 nos anos iniciais do Ensino Fundamental, posicionando-se na 85ª colocação entre os 645 municípios paulistas e na 418ª posição em âmbito nacional. Já nos anos finais do Ensino Fundamental, a nota foi de 5,6, o que colocou Franca na 102ª posição no estado de São Paulo e na 544ª no país. No que se refere ao desempenho econômico, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* anual do município em 2021 foi de R\$ 31.450,10, ocupando a 334ª colocação entre os municípios do estado e a 2.021ª entre os 5.570 municípios brasileiros.

Dentre as escolas envolvidas nesta pesquisa, destaca-se a Escola Estadual Ângelo Scarabucci, que obteve nota 6,5 no IDEB dos anos finais do Ensino Fundamental, situando-se acima da média estadual, que é de 5,3. A Escola Estadual Professor Evaristo Fabrício, por sua vez, registrou nota 5,0 para o mesmo segmento de ensino.

Obtivemos as contribuições de seis docentes, que, no âmbito da pesquisa, optaram por identificar-se com nomes simbólicos, remetendo a personagens literários ou figuras fictícias, escolhidos por elas próprias — João Grilo, Capitú, Monteiro Lobato, Kakashi Hatake, Ana Maria Machado e Fernando Pessoa. Tais figuras literárias pelas participantes da pesquisa revelam um conjunto plural e representativo da diversidade cultural e literária brasileira e internacional.

João Grilo, personagem emblemático da peça teatral *Auto da Compadecida*,

de Ariano Suassuna (1927-2014), um retirante nordestino que vivia à margem do poder público (OLIVEIRA; NEWTON, 2022, p. 3); Capitú, figura central do clássico romance *Dom Casmurro* de Machado de Assis (1839-1908), demarcada por seu olhar forte, decidido, “oblíquo” e de “ressaca” algumas dezenas de vezes (VALENTE, 2015, p. 193); Monteiro Lobato (1882-1948), escritor, intelectual, editor e empresário da indústria editorial (ASSIS, 2010, p. 78); Kakashi Hatake, personagem fictício do mangá e do anime *Naruto* (ALVES; ARAÚJO, 2021, p. 8); Ana Maria Machado (1941-), escritora brasileira com vasta publicação nacional e internacional, e com atuação profissional no período de ditadura civil-militar brasileira (RIBEIRO; BITTENCOURT, 2015, p. 1); e, por fim, Fernando Pessoa (1888-1935), conhecido sobretudo por sua poesia lírica e prosa introspectiva, foi também, entre outras coisas, um permanente pensador e ensaísta político (BARRETO, 2015, p.189). Essa seleção, heterogênea de gêneros, demonstra uma pluralidade do repertório cultural das professoras.

Todas as entrevistadas eram do gênero feminino, o recorte etário (100% com idade igual ou superior a 40 anos) e a constatação de que todas as participantes possuem mais de cinco anos desde a formação superior consolidam um quadro docente experiente. No que concerne ao vínculo profissional, a maioria (quatro em seis) é concursada efetiva, enquanto duas docentes atuam por contrato (Figura 1).

Você é concursada efetiva ou trabalha por contrato?

6 respostas

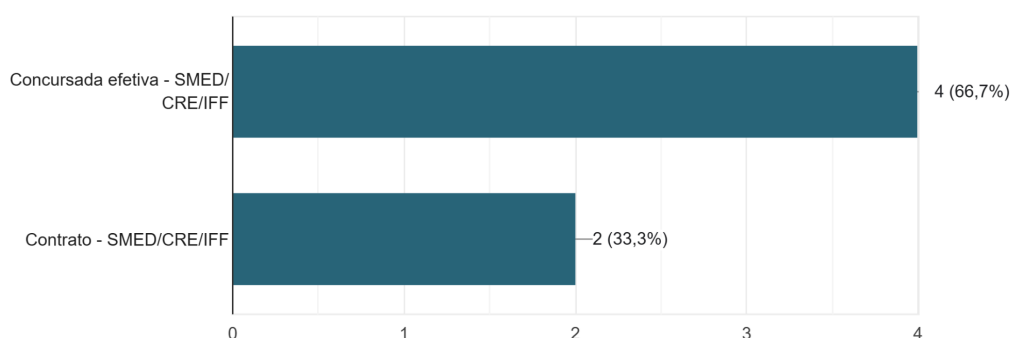


Figura 1: Dados sobre o questionamento - “Você é concursada efetiva ou trabalha por contrato?”

Fonte: Elaborada pela autora.

Tal disparidade entre estabilidade e precariedade do trabalho pode exercer influência decisiva sobre a autonomia na seleção do acervo e na elaboração de

estratégias didáticas, uma vez que a segurança no emprego é frequentemente correlacionada com maior liberdade e investimento na inovação pedagógica, porém a falta de autonomia se dá não apenas no âmbito literário, o Governo do Estado de São Paulo está aplicando o uso de plataformas digitais que abandonam os “livros didáticos e impede que o professor busque formas diferentes de abordar os conteúdos em sala de aula”. (MELLO, 2024, s/p.)

A diferenciação entre os contextos federais, estaduais e municipais é crucial, dado que as políticas públicas, o financiamento, o acervo literário disponível e as formações continuadas apresentam variações significativas entre essas esferas, o que impacta diretamente a qualidade e o alcance do Ensino da Literatura.¹

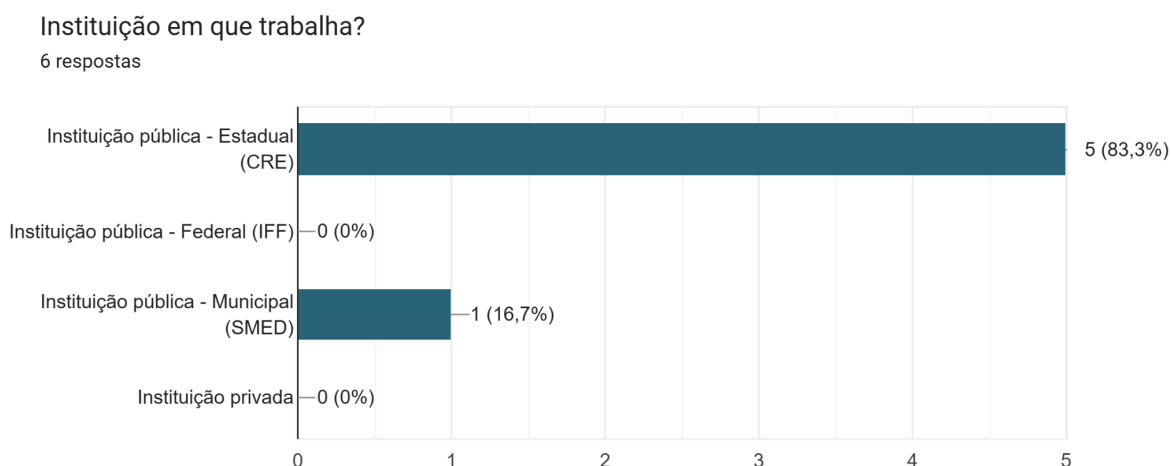


Figura 2: Dados sobre o questionamento - “Instituição em que trabalha?”

Fonte: Elaborada pela autora.

No que se refere aos gêneros literários abordados, o gênero narrativo sobressai, citado por cinco das seis professoras, corroborando uma tradição

¹ Os autores Maria Lourdes Blatt Ohira, Orestes Trevisol Neto, Priscila Machado Borges Sena, Ana Claudia Philippi Pizzorno e Mônica Valério Barreto apresentam um estudo que indica que: “Quando se relaciona esta questão a aquisição do acervo é nítido que as Bibliotecas dependem do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que é um programa do Governo Federal que tem por objetivo distribuir livros didáticos e livros literários para as escolas da educação básica pública, das redes federal, estaduais e municipais, de forma universal e gratuita as instituições de ensino. Em outros casos a maior incidência de respostas recai sobre Secretaria de Educação do Municípios. Conforme Sena (2021) no cenário público estadual de ensino o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) garante a aquisição do acervo” (OHIRA, TREVISOL NETO, SENA, PIZZORNO e BARRETO, 2022, p. 10). Sendo assim, a pesquisa demonstra que as escolas federais, estaduais e municipais contam com o apoio da esfera federal via PNLD, porém as instituições municipais muitas vezes precisam complementar a verba para aquisição com recursos próprios municipais.

pedagógica que privilegia contos, fábulas, crônicas e narrativas diversas, consideradas acessíveis e eficazes para o público do 6º ano. Entretanto, a incorporação dos gêneros lírico e dramático por metade das respondentes denota uma tentativa significativa de diversificar as experiências literárias, o que se alinha às recomendações da LDB (Figura 3).

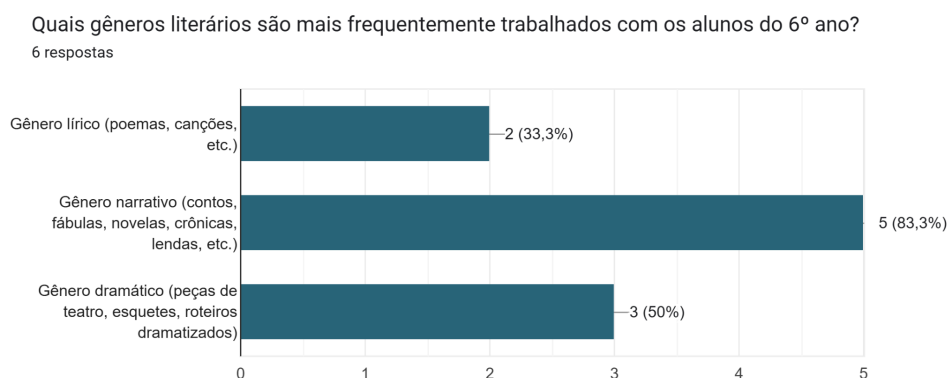


Figura 3: Dados sobre o questionamento - “Quais gêneros literários são mais frequentemente trabalhados com os alunos do 6º ano?”

Fonte: Elaborada pela autora.

A adesão integral (100%) às habilidades e competências da BNCC demonstra não só um comprometimento com as diretrizes nacionais, mas também evidencia a influência normativa que molda a prática docente. Todavia, essa vinculação à BNCC parece restringir a autonomia das docentes na escolha das obras, que, majoritariamente, são definidas pela coordenação pedagógica e pelo acervo da escola, limitando a possibilidade de um repertório literário mais diversificado ou sintonizado com os interesses dos alunos.

Em termos quantitativos, observa-se que o número de obras completas lidas pelos estudantes oscila entre uma e cinco por ano, com a maioria dos docentes indicando entre dois e cinco títulos (quatro em seis) (Figura 4). Embora a presença da leitura integral seja um dado positivo, a baixa quantidade relativa ao ano letivo inteiro suscita preocupações quanto à profundidade do engajamento literário e ao desenvolvimento das competências críticas previstas pela BNCC, sugerindo uma necessidade de reavaliação do tempo e estratégias pedagógicas dedicados ao ensino literário.

Quantas obras completas os alunos leem por ano?

6 respostas

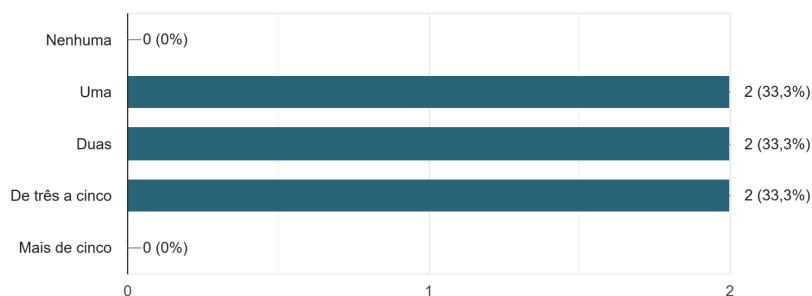


Figura 4: Dados sobre o questionamento - “Quantas obras completas os alunos leem por ano?”

Fonte: Elaborada pela autora.

O incentivo à leitura extraclasse é uma prática recorrente, com cinco docentes afirmando promovê-lo regularmente e uma mencionando a frequência ocasional (“às vezes”) (Figura 5). Essa postura revela em uma leitura otimista uma consciência da importância da leitura autônoma para a formação de leitores críticos ou o não incentivo aos estudantes de leitura fora da escola.

Há incentivo à leitura extraescolar (Incentivo aos alunos, sem obrigatoriedade)?

6 respostas

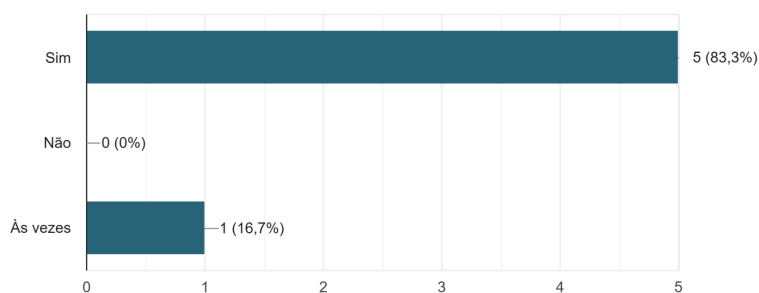


Figura 5: Dados sobre o questionamento - “Há incentivo à leitura extraescolar (Incentivo aos alunos, sem obrigatoriedade)?”

Fonte: Elaborada pela autora.

Por fim, o acompanhamento do hábito leitor ocorre por meio de um leque diversificado de estratégias avaliativas e formativas, incluindo leitura compartilhada, produção de fichas de leitura, rodas de conversa, seminários, análise de cadernos e provas dissertativas (Figura 6). Essa variedade metodológica denota um esforço

significativo em capturar as múltiplas dimensões do processo de leitura, proporcionando espaços para a expressão oral, escrita e reflexiva dos estudantes.

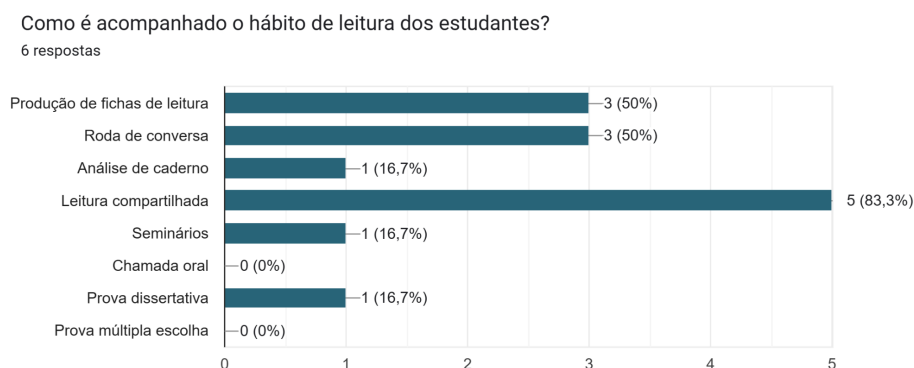


Figura 6: Dados sobre o questionamento - “Como é acompanhado o hábito de leitura dos estudantes?”

Fonte: Elaborada pela autora.

Em suma, os dados quantitativos e qualitativos coletados e aqui interpretados demonstram um cenário em que as professoras do 6º ano, embora circunscritas às limitações institucionais e normativas, mantêm um compromisso com a promoção do ensino da Literatura como instrumento de formação crítica, cultural e linguística. Este quadro ressalta a importância de políticas educacionais que ampliem a autonomia pedagógica, aumentem os acervos literários diversificados e promovam formações continuadas que dialoguem com os desafios contemporâneos do ensino da literatura no Ensino Fundamental.

3.2 Análise de Projetos Políticos Pedagógicos na cidade de Franca

A obtenção dos PPPs das instituições de ensino revelou-se uma tarefa desafiadora, sobretudo em razão das recorrentes alegações de que os documentos encontravam-se “em construção” ou, ainda, da resistência por parte das escolas em disponibilizá-los, mesmo se tratando de um documento que, por sua natureza, deveria ser público e de fácil acesso a comunidade escolar e a sociedade em geral.

As docentes entrevistadas, embora tenham colaborado amplamente com a pesquisa, informaram não estar autorizadas a compartilhar os PPPs das instituições

nas quais atuam. Como mencionado na seção anterior, todas exercem suas funções docentes em escolas localizadas na cidade de Franca.

Após diversas tentativas e interlocuções com funcionários da rede, foi possível obter acesso a dois PPPs de escolas estaduais do município: a Escola Estadual Ângelo Scarabucci e a Escola Estadual Professor Evaristo Fabrício.

A Literatura, não foi mencionada de maneira isolada no PPP das duas escolas. No documento da Escola Estadual Ângelo Scarabucci afirma-se que é valorizada a formação cultural dos estudantes. O documento destaca a importância das vivências socioculturais, como passeios escolares, incluindo visitas a museus e teatros, reconhecendo a importância deste contato para a formação do conhecimento cultural, que está diretamente relacionada à formação do leitor literário.

A avaliação formativa e contínua prevista no PPP também favorece o trabalho com textos literários, considerando a participação e o desenvolvimento ativo de competências. Isso contribui para uma abordagem da Literatura que vá além da interpretação textual, alcançando também a análise reflexiva.

Também é importante destacar a diversidade e a inclusão, apresentada no PPP referente à Educação Especial (E.E.). A Literatura é vista como um direito de todos, e a escola prevê adaptações curriculares para garantir que os alunos que necessitam de E.E. também possam participar ativamente das experiências literárias.

A BNCC destaca que a leitura literária deve desenvolver a sensibilidade, a imaginação, a empatia e o repertório cultural dos alunos. Também incentiva práticas de leitura, escuta, produção de textos e oralidade, estimulando que os estudantes criem seus próprios textos literários, o que dialoga com o PPP da instituição.

Tanto o PPP quanto a BNCC reconhecem a importância da literatura na formação integral dos estudantes do 6º ano, considerando que esta é um meio para o desenvolvimento de competências intelectuais, culturais e sociais. Ambos os documentos apontam que a literatura é parte fundamental na educação e criação de cidadãos éticos e conscientes.

Na análise da Escola Estadual Professor Evaristo Fabrício, que também não menciona de maneira isolada a Literatura, o documento demonstra o compromisso da instituição com a formação plena dos alunos, fundamentado nas diretrizes da BNCC. Já a proposta pedagógica tem como objetivo enfatizar o desenvolvimento de

habilidades cognitivas, éticas e cidadãos, fortalecendo a importância da escola como espaço de protagonismo juvenil, inclusão e diversidade.

O PPP adota a BNCC como referência que orienta a elaboração curricular das escolas brasileiras, estabelecendo os direitos de aprendizagem em todas as etapas da educação. A instituição alinha seus conteúdos escolares as dez competências gerais exigidas. Essa adequação visa garantir aprendizagem plena para a criação de bons cidadãos e boas pessoas no futuro.

No documento, observa-se a valorização da interdisciplinaridade e da contextualização dos saberes, conforme salienta a BNCC. A escola orienta que sejam realizados planos de ensino, que devem ser organizados de forma que estimulem a reflexão crítica, a resolução de problemas e o pensamento autônomo dos estudantes.

Além disso, a ética extremamente importante, sendo esta citada no PPP e na BNCC, tem como meta a construção de uma cultura de paz baseada na valorização do diálogo e no combate a todas as formas de discriminação. O currículo da escola propõe práticas pedagógicas inclusivas e ações que favorecem a convivência estudantil e com a comunidade. Essas diretrizes são importantes para o desenvolvimento do senso de pertencimento na sociedade.

O PPP também prevê o uso de metodologias ativas e tecnologias educacionais como ferramentas de apoio à aprendizagem, seguindo as recomendações da BNCC. No uso coerente utilizar recursos digitais para personalizar o ensino torna o aprendizado mais dinâmico, interativo e centrado no desenvolvimento de conhecimento do aluno.

Sendo assim, o PPP da Escola Estadual Professor Evaristo Fabrício e a BNCC se mesclam em relação à educação emancipadora, que reconhece que o estudante é um sujeito social e cultural. Essa conexão fortalece a importância da escola pública, sendo esta um meio para promover a justiça social e auxiliar no combate a todas as formas de desinformação e discriminação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas e reflexões desenvolvidas ao longo deste trabalho evidenciam o a importância da Literatura na formação cidadã, educacional e ética dos estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental II. O ensino da Literatura, quando bem trabalhado e incentivado, faz com que os alunos alcancem habilidades que vão além da esfera acadêmica (leitura e interpretação), os estudantes passam a estabelecer senso de ética, justiça e um olhar observador ao seu redor. Isso contribui significativamente para a ampliação e formação do repertório cultural e artístico dos alunos. Dessa forma, a presença no currículo escolar vai muito além da exigência normativa: é a necessidade.

A reflexão sobre a BNCC, os PCNs e a LDB revela que todos os documentos reconhecem a leitura literária como prática indispensável à formação plena. A ênfase na leitura e interpretação, na produção textual e na valorização da diversidade cultural reforça o potencial significativo que a Literatura tem, sendo uma ferramenta de transformação social. Além disso, os documentos destacam a importância de práticas pedagógicas que considerem as diferentes realidades dos estudantes e respeitem os direitos de aprendizagem. Neste caso, o ensino da Literatura auxilia na promoção da equidade e da justiça social. Por isso, investir no ensino literário é investir na educação integral e plena.

A investigação realizada por meio da análise dos PPPs e das entrevistas com professoras, reforçou as percepções teóricas apresentadas. Embora os PPPs das escolas analisadas não tratem da Literatura de maneira isolada, reconhecem seu valor como expressão cultural e instrumento de formação cidadã. As entrevistas revelam docentes comprometidas, que apesar das limitações institucionais e curriculares, buscam incentivar a leitura. A atuação dessas professoras mostra que o ensino da Literatura pode, e deve, ser apresentado aos estudantes de maneira criativa, incentivando a leitura. É importante destacar que apesar das dificuldades, este trabalho ativo com a leitura é possível e necessário.

Dentre os principais desafios identificados, as docentes pontuaram a dificuldade para a escolha das obras literárias, visto que há uma certa restrição por parte do corpo escolar, por esse motivo, acredita-se que os dados apresentados, indicando o número reduzido de leituras integrais ao longo do ano e a ausência de políticas consistentes de formação continuada, estejam relacionados à rigidez dos

planejamentos curriculares definidos pelos órgãos públicos, o que limita a flexibilidade das práticas pedagógicas.

É importante ressaltar que a relação dos estudantes com a leitura deveria ser mais profunda, reflexiva e prazerosa, para que eles pudessem transformar a 'tarefa' em um *hobbie*/prática de lazer independente. Neste contexto, torna-se urgente repensar o lugar da Literatura na escola, garantindo maior autonomia pedagógica e condições materiais adequadas, ampliando os acervos das bibliotecas escolares e promovendo ações que aproximem os alunos do universo literário. Ressaltando que a leitura precisa ser vivida, e não apenas cobrada.

Por fim, este trabalho reafirma a importância da Literatura como um direito e um bem cultural indispensável à formação cidadã. No 6º ano do Ensino Fundamental, etapa marcada por descobertas e desafios, ela pode ser uma aliada para o despertar da criatividade, da criticidade e da imaginação. Afinal, como afirma Antônio Joaquim Severino (1981), no prefácio da obra *A importância do ato de ler*, de Paulo Freire, "a aprendizagem da leitura e a alfabetização são atos de educação, e a educação é um ato fundamentalmente político" (p. 7). Desejamos que o ensino da Literatura possa, assim, despertar tais ações políticas transformadoras, não apenas no interior das instituições escolares, mas também na sociedade em geral, contribuindo para a formação de leitores críticos, conscientes, sensíveis e empáticos, capazes de compreender o mundo e atuar sobre ele de maneira ética e reflexiva.

REFERÊNCIAS

A) Documentos

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 dez. 1996. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Presidência da República, 1988.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 jun. 2014. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 14.407, de 12 jul. 2022. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, 13 jul. 2022.

B) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Judson Rocha; ARAÚJO, Adriana Trindade Rodrigues. Sharingan no Kakashi, da negação à aceitação: o luto segundo o modelo de Kübler-Ross. **RECIMA21**: Revista Científica Multidisciplinar, v. 3, n. 1, p. 1-23, 2022.

ASSIS, Francisco de. Monteiro Lobato, jornalista do Vale do Paraíba. In: QUEIROZ, Adolpho Carlos Françoso; SCHAUN, Ângela (org.). **Memória, espaço e mídia**. São Bernardo do Campo: Editora da Universidade Metodista de São Paulo – UMESP, 2010, p. 72-87.

BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do romance**: O romance e a história. Tradução de Aurora F. R. Fernandes. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BARRETO, José. A poesia política de Fernando Pessoa. **Abril**: Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF, v. 7, n. 14, p. 189-209, abr. 2015.

CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. Folhetim, São Paulo, n. 263, 1988.

CEREJA, William Roberto. **Práticas de letramento escolar e a construção da autoria**: o lugar do ensino de produção textual no ensino médio (2005). Tese (Doutorado em Filosofia e Língua Portuguesa) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COSTA, Camila Maria da; CORRÊA, Vinícius de Oliveira. Uma análise crítica da competência cultura digital na Base Nacional Comum Curricular. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 27, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1516-731320210034t>. Acesso em: 22 jul. 2025.

FREIRE, Madalena. **Observação, registro e reflexão**: instrumentos Metodológicos I. 2ª ed. São Paulo : Espaço Pedagógico, 1996.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALVÃO, André Luis Machado; SILVA, António Carvalho da. O ensino de literatura no Brasil: desafios a superar em busca de práticas mais eficientes. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 33, n. 2, p. 209–228, jul./dez. 2017.

MELLO, Daniel. Professores fazem mobilização contra uso de plataformas digitais em SP: sistema foi implementado nas escolas no ano passado. Agência Brasil, São Paulo, 10 maio 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2024-05/professores-fazem-mobilizacao-contra-uso-de-plataformas-digitais-em-sp>. Acesso em: 17 jul. 2025.

OHIRA, Maria Lourdes Blatt; TREVISOL NETO, Orestes; SENA, Priscila Machado Borges; PIZZORNO, Ana Cláudia Philippi; BARRETO, Mônica Valério. Retrato das bibliotecas da rede de ensino municipal: aquisição de acervo e dependência dos programas federais. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis*, v. 27, n. 3, p. 1-17, 2022. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/8756510.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2025.

OLIVEIRA, Caio José Arruda Amarante de; NEWTON, Paulla Christianne da Costa. A admissão da teoria da coculpabilidade no julgamento de João Grilo em Auto da Compadecida de Ariano Suassuna. **Revista Internacional de Direito e Literatura**, v. 8, n. 2, p. 1-15, 2022.

RAMIRES, Angelina Quinalia; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A leitura no ensino fundamental na perspectiva da BNCC e a relação com a biblioteca escolar. **Biblioteca Escolar em Revista**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 64–83, 2022. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/187811>>. Acesso em: 13 de maio de 2025.

RIBEIRO, Alessandra Silva; BITTENCOURT, Paula. Ana Maria Machado: uma vida intensa refletida em sua obra. **Revista FAIP**, p. 1-10, 2015. Disponível em: <<http://faip.revista.inf.br>>. Acesso em: 11 jun. 2025.

DALVI, Maria Amélia. Literatura na educação básica: propostas, concepções, práticas. **Cadernos de Pesquisa em Educação**: PPGE/UFES, Vitória, ES, v. 19, n. 38, p. 123–140, jul./dez. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/7896/5604>>. Acesso em: 13 mai. 2025.

VALENTE-BARATA, Paulo José. Olhos de Capitu entre palavras oblíquas e dissimuladas. **Revista do Curso de Letras da UNIABEU**, Nilópolis, v. 6, n. 1, p. 188-202, jan./abr. 2015.

C) SITES DE BUSCA ON-LINE

FRANCA. **Prefeitura Municipal de Franca.** Disponível em: <<https://www3.franca.sp.gov.br/>>. Acesso em: 30 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: IBGE. **Cidades:** Franca (SP). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/franca/panorama>>. Acesso em: 30 jun. 2025.

QEDU. **Escola Estadual Ângelo Scarabucci:** Franca; SP. Disponível em: <<https://qedu.org.br/escola/35022913-angelo-scarabucci>>. Acesso em: 30 jun. 2025.

QEDU. **Escola Estadual Evaristo Fabrício Prof.:** Franca; SP. Disponível em: <<https://qedu.org.br/escola/35905720-evaristo-fabricio-prof>>. Acesso em: 30 jun. 2025.

QEDU. **Escola Estadual Profa. Lina Picchioni Rocha:** Franca; SP. Disponível em: <<https://qedu.org.br/escola/35036882-lina-picchioni-rocha-profa>>. Acesso em: 30 jun. 2025.

WIKIPÉDIA. **Franca:** São Paulo. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Franca>>. Acesso em: 30 jun. 2025.